



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

UM FURTO ANUNCIADO NAS FORÇAS ARMADAS

Recentes notícias dão conta que “Polícias, Militares e Médicos arriscam ficar fora do descongelamento das carreiras em 2018”, ensaiando o governo a continuação de mais um ano de retirar direitos aos Militares das Forças Armadas.

Com o pretexto de que estes já têm as suas carreiras descongeladas, confunde a necessidade de haver promoções nas Forças Armadas, com o “descongelamento de carreiras”, o que revela bem o baixo nível de conhecimento que a tutela mostra sobre a matéria ou elevada e expressa má intenção.

Promoções e descongelamento de carreiras (neste caso, como se verificam na Administração Pública) são efetivamente coisas diferentes e que, como tal, não são “confundíveis”. Se a promoção resulta de uma progressão vertical, a outra resulta de uma permanência no posto, a que deveriam corresponder estatutariamente diferentes escalões de remuneração, que são sucessivamente bloqueados desde há vários anos. Aliás, atualmente as remunerações líquidas dos militares são inferiores às que então ocorriam.

Desenvolvendo em todos os sectores uma política de “pagar pouco salário por muito trabalho”, e continuando o caminho perigoso de fazer “tábua rasa” daquilo que efetivamente se constitui a Condição Militar, este anúncio põe em evidência parte do carácter da política de defesa nacional deste governo, no seguimento das anteriores, e em particular do governo anterior, que é o da procura da indignância dos cidadãos militares, entre outras e muito preocupantes derivas que se assinalam no recente estatuto (DL 90/2015, de 31 de maio) que ainda vigora.

Obrigado a promoções (bem minguadas, por sinal! E em desrespeito permanente da lei!), concretizadas via de regra, invariavelmente, bem perto de dezembro de cada ano – “ficando” com as remunerações devidas em diferentes datas de promoção desse ano – ao mesmo tempo que com propaganda e falsidades quer fazer crer que os Militares e outros sectores são “privilegiados”.

O governo mostra assim, mais uma vez, que não está com os Militares, está com outros interesses que não os da reversão da retirada de direitos ocorrida no período da anterior legislatura, no que à reposição de rendimentos diz respeito, mas também no que toca a carreiras, apoio na doença e apoio social (onde inclusive tem agravado a situação “podre” que se vive no IASFA), naquilo que foram as pensões de reforma e complementos de pensão, o projetado regime de avaliação dos militares a vigorar a partir de 2018 (que visa estabelecer a consolidação da partidarização nas Forças Armadas), associado às regras absurdas da modalidade de carreira horizontal e do regime de indemnização por abate aos quadros, a que se junta a redução brutal de efetivos e, cumulativamente, o tratamento negativo a que são sujeitos os militares em regime de Contrato, precários efetivos sem reconhecimento como tal, numa palavra: nas efetivas melhorias das condições de prestação de serviço e de vida dos militares e das suas famílias.

Os militares tão aplaudidos quando convém, oportunamente usados para sanar os erros políticos, logo são esquecidos quando se trata de verem reconhecidas as suas legítimas expectativas, satisfeitos os seus direitos, cumpridas as leis.

Com esta medida o governo prova mais uma vez o seu desprezo definitivo pela condição militar e pelos militares que lhe dão expressão, sentido e vida.

Impõe-se portanto o fim das hipocrisias, das desculpas e discricionariedades: os militares devem ser aumentados nos seus rendimentos, progredir nos escalões do

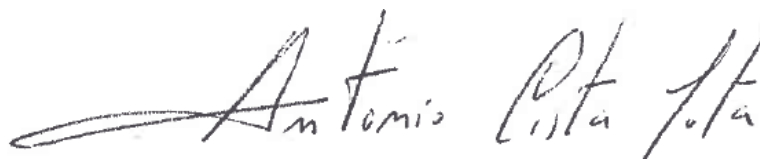
regime remuneratório e serem promovidos conforme veem preenchidas as condições estatutárias, como se espera que assim seja com todo o cidadão de pleno direito!

Importa ter presente que saberemos defender os nossos direitos e tomar as medidas que forem necessárias para lembrar ao Sr. Primeiro-ministro e ao Sr. Ministro das Finanças que assim é. E demonstrar afinal o que foi substancialmente subtraído desde 2005 nos seus rendimentos, que em muito serviram para responder, entre outros, aos “desfalques” financeiros que bem se conhecem.

No que concerne ao Sr. Presidente da República, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, ao Sr. Ministro da Defesa e às Chefias Militares o que se espera é que cumpram e exerçam, de forma determinada e visível, o seu incontornável dever de tutela, porque “no terreno” os militares de há muito se sentem completamente injustiçados e desmotivados, crescendo aceleradamente o sentimento de que por serem coesos, determinados, disciplinados e altamente profissionais, os sucessivos governos disso se vão valendo para se respaldar nas políticas gravosas e injustas que sobre eles fazem impender.

Trafaria, 19 de setembro de 2017

O Presidente



António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-coronel